

***Assistência social ou controle sócio-espacial:
uma análise das espacialidades
políticas da Fundação Leão XII
sobre as favelas cariocas (1947-1962)***

Igor Martins Medeiros Robaina ¹

Recebido em agosto de 2013;

Aprovado em outubro de 2013.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as causas para o surgimento da Fundação Leão XIII, criada no dia 22 de janeiro de 1947 e sendo efetivamente a primeira intervenção em políticas públicas direcionada para atuar no interior das favelas e sobre seus habitantes no Brasil. Contudo, os precedentes de sua formação materializam-se como um conjunto complexo de elementos que se desdobraram a partir de mobilizações políticas de múltiplas ideologias, a partir das quais a favela acaba-se tornando um espaço de disputa e tensão entre os movimentos de esquerda, sobretudo, aqueles ancorados pelo Partido Comunista Brasileiro e por forças contrárias a este ativismo político-social, como foi o caso da articulação entre o Estado e a Igreja Católica para promover um controle territorial desse “Perigo Vermelho” no interior das favelas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Favelas; Comunismo; Ativismo político; Políticas públicas; Espaço Urbano.

ABSTRACT

The present paper aims at understanding the origins of Leão XIII Foundation, which was created in January 22, 1947. Leão XIII was the first public policy intervention in Brazil designed to act inside the slums in favor of their inhabitants. However, the precedents of its constitution are embodied in a complex ensemble of elements that arose from political mobilizations and multiple ideologies, where the slum ends up as a space disputed between leftist movements, mostly anchored to the Brazilian Communist Party, and forces that are opposite to this sociopolitical activism. This is exemplified by the articulation between

¹ Mestre em história social do território pela universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em geografia pela universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor auxiliar de geografia humana da universidade Castelo Branco.

state and the catholic church in order to promote territorial control of this “red danger” inside the slums of Rio de Janeiro.

Keywords: Slums; Comunism; Political Ativism; Public Policies and Urban Space.

INTRODUÇÃO

A Fundação Leão XIII foi criada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de Janeiro de 1947. Sua história e, principalmente, sua atuação sistemática no cenário sócio-político-espacial carioca diferenciaram-na, talvez, de todas as outras instituições de assistência social brasileira do século XX por ter sido a principal instituição assistencial no tocante às intervenções para a melhoria nas favelas² na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

Suas ações assistenciais, no período de 1947 até 1962, foram marcadas pela atuação concomitante em 33 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo essas ações variando em níveis de intervenção, garantiram algumas necessidades sociais jamais proporcionadas anteriormente pelo Estado nesses espaços, como as questões de educação, alimentação, saúde, lazer, apoio jurídico e urbanidades.

Contudo, cabe ressaltar que sua história também foi demarcada por inúmeras tramas políticas e espaciais que, por detrás da grandeza e da imponência política e social de suas ações, vários foram os conflitos, as disputas e os interesses. Nesse complexo jogo de forças opostas no cenário político-espacial, a Igreja Católica, o Partido Comunista do Brasil e o Estado fizeram-se presentes junto às populações no interior das favelas, articulando-se e/ou (des)mobilizando-se, numa clara e histórica disputa pelo poder e suas dimensões espaciais.

De fato, essa realidade materializada sócio-espacialmente na cidade do Rio de Janeiro deve ser compreendida a partir de um acúmulo de vulnerabilidades e precariedades sofridas por determinados grupos, por meio de processos contraditórios e desiguais na produção do espaço geográfico. Assim, houve o surgimento da favela, como resultado de

² Sabemos o quanto é complexa a definição conceitual da favela. Esse espaço social ganha essa nomenclatura, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX. De fato, compreendemos o espaço da favela, mas também outros espaços com similaridades sócio-estruturais (*Villas misérias, Barriadas, Bindovilles, Gecekondu, Guers, Slum* etc) como materializações sócio-espaciais, principalmente no espaço urbano, marcadas por déficits e/ou problemas de níveis estruturais, ou seja, resultado das contradições e desigualdades de uma determinada realidade, onde uma parte da população desafortunada, pela impossibilidade de habitações formais, seja por renda ou pela inação do Estado, constrói suas habitações de maneira precária.

mazelas e precariedades que se materializaram e foram materializadas sobre e pelos grupos desfavorecidos, para os quais a negação do direito de fazer plenamente parte da cidade, material e socialmente, desencadeou uma nova realidade no cenário urbano carioca.

Essas materializações no Brasil são resultado das históricas concentrações fundiárias e de renda, de um longo período escravista, assim como, de um sistema abolicionista conservador, que reforçou as desigualdades no quadro social brasileiro. Outras questões intensificadoras se fizeram a partir da escala local. Inúmeras reformas e intervenções urbanísticas fortaleceram ainda mais a segregação; ou seja, todo um conjunto de ações – ou melhor, de inações – de políticas públicas sociais transformadoras e redistributivas não somente foram responsáveis pelo surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, mas também por vários outros quadros de problemas sociais no Brasil.

DOS PRECEDENTES À CRIAÇÃO: AS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS PARA A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII

Construídas contra todos os preceitos de Hygiene, sem canalização d'água, sem exgoto, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favellas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras (...) (a sua destruição é importante) não é só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthética (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1930, p.189-190).

Dada a constituição espacial das favelas, muitas foram as tensões vivenciadas pelos seus moradores. A forma material da paisagem e, conseqüentemente, sua precariedade sócio-espacial proporcionaram, em determinados grupos (não moradores das favelas), uma rejeição a essa nova realidade sócio-espacial.

Desse modo, os espaços das favelas foram bombardeados a partir de múltiplas direções, sendo ora pela invisibilização dos problemas existentes, inclusive pelo próprio Estado, ora pela estigmatização, especialmente nos discursos dos representantes políticos, dos grupos hegemônicos e/ou da própria mídia, que reforçavam as formas de violência simbólica sobre as favelas e seus habitantes.

A respeito dessa visão estereotipada e estigmatizada, Pelrman analisa os discursos sobre as populações que habitavam as favelas:

A favela é uma aglomeração de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses “elementos marginais” vivem em condições “subumanas”, sem água encanada, esgoto, coleta de lixo, e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o pitoresco panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à parte, não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais, as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas (PERLMAN, 2002, p.42).

Contudo, em meio a tantas adversidades, tanto físicas, materiais e objetivas quanto na perspectiva simbólica, as favelas buscaram, mínima e autonomamente, resolver suas questões, sobretudo, por conta da descrença em relação ao Estado como protetor e mantenedor das condições básicas e garantias sociais.

Com isso, o cenário político no interior das favelas passará por várias transformações, principalmente com o fim da ditadura Vargasista, no ano de 1945, quando retornará a ordem democrática ao país, estendendo-se, assim, a liberdade para toda a sociedade e todos os espaços sociais, inclusive para as favelas.

Assim, os movimentos sindicais, sociais, trabalhistas e os partidos políticos que retomaram a liberdade tiveram uma nova chance de florescer e disputar projetos de sociedade no campo político e social.

Nesse novo cenário político-social também emerge o Partido Comunista do Brasil³, no qual se inicia um movimento de transformação e de autorressignificação de um partido de quadros para um partido de massas, aproximando-se, assim, das questões políticas locais e de seus respectivos problemas.

É diante dessas questões que surgem os Comitês Democráticos Populares⁴ como um espaço de construção de autonomia popular, funcionando no sentido de mobilizar as

³ O Partido Comunista do Brasil foi criado no dia 25 de Março de 1922. Sua história foi marcada por permanentes movimentos cíclicos de legalidade-ilegalidade e principalmente pela resistência de continuar ativo junto às causas sociais.

⁴ Os Comitês Democráticos Populares organizavam-se praticamente em duas vertentes: a primeira estava no campo das lutas trabalhistas, sobretudo nas bases espaciais das fábricas, sindicatos e outros setores laborais. A segunda mantinha uma relação espacial com o lugar, ou seja, na dimensão dos bairros, sendo eles principalmente localizados em espaços que apresentavam precarizações infra-estruturais do urbano, como as favelas ou áreas localizadas nos subúrbios.

lutas por diretos e garantias sociais, além de ser um espaço de conscientização política. A este respeito:

Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. E por isso, nesses organismos será relativamente fácil o desmascaramento dos agentes do fascismo, dos demagogos e desordeiros inimigos da união e da democracia (PRESTES, L.C. s/d. Discurso proferido no dia 15 de Julho de 1945, p.113-114).

A proposta dos Comitês Democráticos Populares fazia-se com bases vanguardistas e revolucionárias, pois eles caminhavam no sentido de proporcionar a presença e a integração da população no campo político, diferenciando-se das históricas e conservadoras manobras políticas de reprodução passiva, em que os sujeitos sociais nada eram além de meros expectadores.

Outra característica dos Comitês Democráticos Populares constituía-se em sua forma de organização popular, pois, mesmo sendo criados pelo Partido Comunista do Brasil num anseio pela democracia e autonomia dos cidadãos como sujeitos políticos, os seus fundamentos teóricos não deveriam estar atrelados a qualquer movimento político-partidário. Assim, “*fugindo a rótulos ‘governistas’ ou ‘oposicionistas’*” (PINHEIRO, 2007), os comitês funcionavam como uma estrutura “neutra” e direcionada para os interesses populares.

Nesse sentido:

O partido comunista, vanguarda esclarecida do proletariado, sempre marchou e marchará com o povo, e os comunistas participarão ativamente da organização e desenvolvimento de Comitês democráticos populares dentro dos quais se sentirão felizes ao lado de todos os democratas não comunistas, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, filosóficas e religiosas, dignas tôdas do maior respeito, como deve ser no Brasil progressista e democrata a que desejamos chegar (discurso proferido por Luis Carlos Prestes no estádio de São Januário, no dia 23 de maio de 1945).

De fato, vários Comitês Democráticos Populares surgiram pela cidade, especialmente nos espaços precarizados sócio-espacialmente, tendo em vista a esperança dos próprios habitantes tentarem promover as melhorias das suas condições de vida.

Assim, os espaços das favelas também conquistariam progressivamente um corpo expressivo de autonomia política ao promoverem processualmente autointervenções sócio-espaciais, seja através dos Comitês Democráticos Populares ou de outras formas de organização e ativismos populares que surgiam na cidade⁵. Portanto, esses movimentos, a partir da práxis social, produziram um processo de reconhecimento e, em alguma medida, a autoconsciência de suas realidades, suas causas e o desejo de transformação. Essas questões puderam ser claramente detectadas a partir dos múltiplos aspectos da realidade social presentes nas reportagens do periódico *A Tribuna Popular*⁶.

Sobre as questões habitacionais:

Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar: Caixas, tábuas, pregos, telhas, zinco e barro, raramente tijolos. Nos barracões não há espaços, nem água, nem luz, nem esgotos e portanto, podemos dizer sem exagero, não ha higiene, nem saúde, nem ar!(...) (TRIBUNA POPULAR, 10 ago.1946, p.4).

Sobre as questões educacionais:

(...) Nossas numerosas crianças ressentem-se grandemente da falta de uma escola no local, pois quase nunca podem frequentar as existentes nas proximidades ou são delas afastadas prematuramente pela necessidade de trabalhar e pela completa impossibilidade em que se encontram os pais de fornece-lhes uniformes, calçados, livros, material escolar e merenda (...) (TRIBUNA POPULAR, 10 ago.1946, p.4).

Sobre as necessidades de água:

A falta de água é um dos principais problemas aqui no parque. Raro é o dia em que a “bica” atende o nosso apelo. (...) As mulheres ficam em posição de sentido com a lata d’água na cabeça. A falta d’água aqui é tão grande que nós somos obrigados a lavar a nossa roupa dentro de um pequeno rio, cujas águas recebem a sujeira dos canos de descarga...(...) (TRIBUNA POPULAR, 27 set.1946, p.4).

⁵ Podemos destacar os espaços de Grêmios Recreativos e o surgimento embrionário das Associações de Moradores, mesmo que não materializadas com esse nome específico no período.

⁶ O periódico matutino foi criado no dia 22 de Maio de 1945. Sua criação estava diretamente ligada aos propósitos instrumentais do Partido Comunista do Brasil. Sua escala de atuação atingiu o nível nacional e nos períodos de maior ressonância o jornal chegou a circular 50.000 exemplares em um único dia. Do ponto de vista das classes populares, estendeu-se desde as populações precarizadas nos campos e subúrbios, até as das áreas favelizadas, nos quais explanavam seus problemas, reivindicações e vitórias através dos Comitês Democráticos populares ou outros espaços populares.

Sobre as questões de saúde:

A indigência de assistência médica, dentária e hospitalar em que nos encontramos é absoluta, carecemos de amparo moral para as gestantes; carecemos dos ensinamentos da profilaxia, da difusão das normas de higiene, dos serviços de saneamento básico local e principalmente, das condições materiais mínimas que possibilitem a aplicação dos princípios de uma medicina preventiva(...). (TRIBUNA POPULAR, 10 ago.1946, p.4).

Dessa maneira, as reportagens revelam os níveis de precariedade e desproteção sócio-espacial enfrentada pelos habitantes das favelas cariocas, ao mesmo tempo em que visibilizam o que deveria ser modificado. Contudo, muitas foram as tribulações para a transformação desses espaços, devido, principalmente, à falta de recursos materiais para o desenvolvimento das ações. Essa realidade pode ser constatada a partir da sede do Comitê Democrático Popular do Morro do São Carlos, mas também o poderia ser a partir de outros espaços populares:

A sede do Comitê Democrático do Morro do S. Carlo, situada à [...] Rebelo, nº451, está instalada num barracão feito de tabuas, semelhante a milhares de outros barracões residências existentes naquele morro. Um grupo dos moradores mais queridos, de S. Carlos, resolveu fundar comitê para lutar pelo melhoramento do morro em que nasceram eles e continuam nascendo seus filhos. Teodoro José Luiz, Nilo dos Santos, Arnaldo Carvalho, Nequinha, Osvaldo Manoel da Luz, João Rabelo e outros foram os pioneiros. Eles sabiam e sentiam as necessidades do lugar. Todos se queixavam da falta d'água; era urgente o calçamento das ruas principais e a cobertura dos esgotos; era imperioso estalar um posto médico na redondeza; era indispensável abrir uma escola para alfabetizar adultos e crianças (TRIBUNA POPULAR, 07 jul.1946, p.4).

Contudo, por meio de permanentes e solidárias ações internas, ou seja, realizadas pelas próprias populações moradoras das favelas, essas realidades foram sendo transformadas progressivamente, como pôde ser constatado, por exemplo, na favela do Sampaio-Jacaré, a qual foi reportada mais uma vez pelo periódico *A Tribuna Popular*:

Os moradores do morro do Sampaio há anos vêm lutando para conseguir a instalação de torneiras d'água no sopé do morro, sem qualquer resultado. Há cinco meses resolveram fundar a União Pró-melhoramentos do morro do Sampaio, para, juntos, trabalharem pelas reivindicações de necessidades de mais imediata para a população daquele morro. E dentre todas, sobrevalece a instalação de bicas onde pudesse o morador abastecer-se da água indispensável às suas necessidades e de suas famílias. Com a cooperação do Comitê Democrático progressista do

Sampaio-Jacaré, do qual se tornou sub-comitê a União Pró-melhoramentos conseguiu domingo passado a sua primeira grande vitória; foram inauguradas duas bicas no sopé do morro. Correram por conta dos moradores as dispensas do material e de instalação. Dando lhes assim uma significativa prova que quanto pode o povo unido e coeso (TRIBUNA POPULAR. 25 out.1945, p.4).

Assim, essas mobilizações/organizações políticas nas favelas se configuraram como espaços políticos funcionais, pois serviram “*frequentemente de rede de proteção, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação aos riscos de dessocialização determinados pela pobreza*” (CASTEL, 1998, p.32). Essa relação, no caso das favelas, acabou, de certo modo, protegendo e auxiliando suas populações, convergindo-se como um componente aglutinador contra a marginalidade, ou pelo menos na diminuição desta, pois a própria relação entre os moradores das favelas promoveu, em alguma instância, a redução dos níveis de vulnerabilidades do/no corpo social, pois as intra-relações sócio-espaciais aumentavam as redes de solidariedade, e, conseqüentemente, a redução das mazelas sociais.

Portanto, as populações das favelas que inicialmente estavam interessadas nas mobilizações com o intuito de garantir melhorias infra-estruturais no plano da habitação, água encanada, pavimentação, sistema de esgoto entre outros benefícios do componente urbanístico, passaram a galgar também melhorias em relação a outros aspectos políticos, como a educação.

Sobre esse aspecto, sabemos que, historicamente, a educação constituiu-se como um importante instrumento diferencial nas dimensões do poder e, nesse período, não foi diferente. A constituição “democrática” de 1946, em relação aos direitos políticos, estabelecia que o direito ao voto estaria associado diretamente à condição de alfabetizado. Essa condição excluía uma grande parte da população brasileira que se encontrava em situação de analfabetismo, situação que compreendia uma parte considerável da população favelada, que se encontrava impedida de votar e exercer sua cidadania. Reafirmava-se sua marginalização política na esfera formal-constitucional brasileira.

Dessa forma, uma forte campanha de alfabetização passou a fazer parte da realidade nas favelas cariocas. Isto se fazia necessário para além dos interesses das populações das favelas, pois estava nos planos do Partido Comunista do Brasil a disputa do campo político municipal, sobretudo por conta das eleições municipais de 1947. Sobre as organizações e mobilizações no campo político, articulado às questões de educação-alfabetização, convém citar a seguinte reportagem:

O Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré (...) está desenvolvendo uma intensa propaganda de suas finalidades entre os moradores de Sampaio e Jacaré, quer através de folheto, quer através do trabalho construtivo de seus debates nas reuniões que realiza semanalmente.(...) Juntamente com seu curso de alfabetização, o Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré, levará também a efeito a realização de palestras educativas e culturais, esclarecendo a seus filiados e aos moradores em geral dos dois subúrbios como se vota; o que é o voto; a necessidade da politização para apressar a marcha democrática dos nossos destinos, etc. (TRIBUNA POPULAR, 29 jul.1945, p.4).

Assim, os avanços conquistados por meio de ações que progressivamente intensificavam os seus níveis de complexidade, faziam com que as favelas se transformassem radicalmente. Se antes as ações estavam circunscritas apenas à relação de intervenção infra-estrutural e depois às questões educacionais e de serviços de um modo em geral, passavam agora a se projetar politicamente para além do espaço das favelas. Articulando com o Partido Comunista do Brasil uma (des)estruturação político-espacial, a favela conquistaria um espaço que jamais havia possuído.

De fato, a partir da organização cada vez maior dos moradores das favelas, através dos Comitês Democráticos Populares, o Partido Comunista do Brasil ou outros espaços políticos intensificaram ações e fortalecimentos. Assim, as populações das favelas engajaram-se principalmente na esperança em relação à possibilidade de mudança por meio das eleições e da força do voto.

Essa realidade pode ser verificada por meio das declarações de alguns populares locais, como foi o caso de Nelson Moreira, então funcionário da Companhia Ferroviária Central do Brasil, Ex-Combatente da Força Expedicionária Brasileira e morador do Morro da Mangueira; de Maria da Silva, moradora do morro de Torres Homem; e João Pereira, morador do Morro das Catacumbas, conforme as narrativas a seguir:

Temos de nos organizar e lutar pacificamente, mas decididamente pelos nossos direitos. Não é possível que continuemos a ser explorados desse jeito, sem um protesto sequer. E o governo tem o dever de olhar pela nossa situação (TRIBUNA POPULAR, 16 nov.1946, p.4).

Temos aqui três bicas. Existia uma única, mas nós fizemos arrecadação e conseguimos obter um dinheiro para botar mais duas. Mas isso não é nada. O que precisamos é de casa. Estamos como bichos. O Sr. pode ver, famílias cheias de filhos vivendo num quarto. Ouvi dizer que o Partido Comunista tem um plano para isso. Eu só acredito nesse partido, se os candidatos forem eleitos, temos a certeza de que nesses terrenos abandonados a prefeitura construirá casas para o povo. (TRIBUNA POPULAR, 17 nov.1946, p.4).

O povo do morro das catacumbas está bem esclarecido quanto aos candidatos que se apresentam (...) uns “papagaios de promessas” que não arranjaram nada. Surgiram de mãos vazias e assim saíram. Os problemas do povo já compreendemos, só poderão ser resolvidos com trabalho e não com palavras. É por causa disso que vamos votar nos candidatos comunistas, para que o conselho municipal de 1947 não seja nada parecido com o que foi outrora (TRIBUNA POPULAR, 27 dez.1947, p.4).

Assim, os processos de aproximação e carisma entre o Partido Comunista do Brasil e as massas começaram a se expandir. Inúmeras reportagens de apoio direto às propostas de vitória do Partido Comunista do Brasil passaram a ser marcas cotidianas do periódico *Tribuna Popular*, como por exemplo: “*Nas eleições de janeiro estão as esperanças do povo da mangueira*”(TRIBUNA POPULAR, 16 nov.1946); ““*Capinzal de maracanã’ confia nos candidatos populares*” (TRIBUNA POPULAR, 17 nov.1946), “*O povo do morro das acácias aguarda confiante as eleições*” (TRIBUNA POPULAR, 10 dez.1946), “*Mangueira espera a vitória do partido de Prestes*” (TRIBUNA POPULAR, 12 jan.1947).

Esses fatores propiciaram um progressivo fortalecimento do Partido Comunista no campo político nacional, principalmente se levarmos em consideração as anteriores eleições de 1945, quando o partido conquistou 9% do total dos votos e uma vaga no senador, com Luiz Carlos Prestes (CHILCOTE, 1982, p.57), resultando, na visão dos grupos hegemônicos, uma emergência real da esquerda e dos grupos populares na disputa pelo poder.

Desse modo, as favelas passaram a representar um novo risco, pois, se antes se constituíam como um espaço da marginalidade, onde o vagabundo e os pobres de um modo geral eram sujeitos apolitizados, o que caracterizava um espaço de riscos sociais, transformavam-se num espaço de riscos políticos pelas próprias “articulações perigosas” com os movimentos radicais de esquerda.

Assim, pela lógica dos grupos hegemônicos, fez-se necessário intervir, legitimando-se, sobretudo, como *slogan* principal, a seguinte frase: “*É necessário subir o morro antes que deles desçam os comunistas*” (SAGMACS, 1960, p.38), conforme pode ser constatado, por meio do documento confidencial enviado do Palácio do Catete ao então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara:

Tenho pensado muito em vossa eminência nestes últimos dias. Não desejei, porém interromper para uma palestra o tempo de vossa eminência, devotado a tão alto ministério. O assunto, porém, é de

relevância. No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam ‘O Cinturão Vermelho’ em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas Dr Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la (...) O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa. As primeiras eleições – repito – são no domingo, em Petrópolis. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com êles. Parece lícita uma bôa escolha por partidos católicos. Urge pois, uma orientação que estará nas mão da Igreja. Creia vossa eminência na minha admiração e na minha confiança de Brasileiro. José Pereira Lima (Documento Confidencial – Palácio do Catete. 26 out.1947).

As então eleições municipais de 1947 aconteceram conforme as expectativas, tanto da esperança das massas, quanto dos anseios e temores dos grupos hegemônicos. A consolidação da esquerda nos pleitos municipais teve, como ponto máximo, o Distrito Federal, onde 18 vereadores foram eleitos. Entretanto, cabe salientar que essa presença do Partido Comunista do Brasil seria impugnada em seus exercícios. Esse resultado acelerou o processo de retorno à ilegalidade do Partido Comunista por movimentos autoritários. E foi assim que fez o então Presidente da República e general do Exército Brasileiro Eurico Gaspar Dutra, perante o risco político na escala nacional, assim como diante de uma nova configuração geopolítica mundial, a Guerra Fria.

Do mesmo modo, junto à configuração interna territorial, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, instituiu-se, através de uma articulação entre a Igreja Católica, na figura de Dom Jaime de Barros Câmara, e o Estado, na figura do prefeito do Distrito Federal, Hildebrando Góis, a Fundação Leão XIII⁷.

Essa instituição, teoricamente, teria como “ofício” intervir nos espaços das favelas para garantir melhorias nas condições materiais e objetivas das populações existentes em situação de precarização de vida. Sua criação foi fundamentada a partir de uma resposta direta ao processo de precarizações existente no interior destes espaços, assim, como um processo de recuperação do poder espacial do Estado, por meio de sua intervenção político-social.

⁷ Instituída através do decreto presidencial nº 22.498 de 22 de janeiro de 1947.

Conforme segue a reportagem do Periódico matutino *O Globo*:

Instituída a Fundação Leão XIII

O chefe do governo assinou decreto criando essa organização de amparo às populações dos morros e das favelas.

O presidente da republica assinou um decreto instituindo uma fundação de assistência social denominada LEÃO XIII. Nos “considerando” o decreto frisa o dever indeclinável do governo em acudir as populações localizadas nos morros e nas favelas “cujas dificuldades topográficas” as privam dos serviços assistenciais de que gozam outras zonas da capital federal. (...) (O GLOBO, 23 jan.1947, p.6).

Desse modo, um conjunto de ações e práticas foi desenvolvido no interior das favelas cariocas, assim como profundas transformações ocorreram mediante essas práticas, das quais a Igreja Católica, sobretudo, será a grande protagonista.

AS AÇÕES DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII E SUAS CONSEQUÊNCIAS SÓCIO-POLÍTICO-ESPACIAIS.

O que, porém, o Estado e a sociedade não podem nem devem ignorar, é essa condição de miserabilidade em que vive quase um terço da população da nossa capital. Minorar-lhes os sofrimentos físicos e morais, dar-lhes noções de higiene e educá-la para saber viver em outro ambiente social, e ser útil à sociedade, eis o nosso principal escopo (PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA, 1948, p.196).

A Fundação Leão XIII significou um conjunto de suas ações no interior das favelas cariocas a partir dos Centros de Ações Sociais⁸. Estes Centros materializaram-se como os principais espaços de planejamento, organização, administração e principalmente, de realização das atividades políticas e sociais no interior das favelas cariocas.

Sobre os Centros de Ações Sociais e seus aspectos arquitetônicos, inúmeras eram as dificuldades, tendo em vista a declividade topográfica na maioria das favelas e as dificuldades na realização das obras de engenharia, pois necessitavam de obras infra-estruturais, como era o caso das construções de muros de arrimo, sistemas de bombas

⁸ Ao todo foram criados 6 Centros de Ações Sociais e 2 Agências Sociais Provisórias, os quais se localizavam nas seguintes favelas: Centro de Ação Social 1 - Barreira do Vasco - “Cardeal Jaime Câmara”; Centro de Ação Social 2 - Morro de São Carlos - “Presidente Eurico Gaspar Dutra”; Centro de Ação Social 3 - Morro do Jacarezinho - “Carmela Dutra”; Centro de Ação Social 4 - Morro dos Telégrafos - “Oswaldo Cruz”; Centro de Ação Social 5 - Morro do Salgueiro - “Padre Anchieta”; Centro de Ação Social 6 - Rocinha - “São José”; Agência Social Provisória 1 - Praia do Pinto - “Ana Nery” e a Agência Social Provisória 2 - Cantagalo - “Machado de Assis”.

hidráulicas e encanamentos de água para o deslocamento até o alto do morro. Por sua vez, sua constituição física era basicamente feita em madeira. A justificativa para que estes Centros fossem pré-moldados e sua construção em madeira e não em alvenaria era por conta de uma estratégia da própria Fundação em esquivar-se das inúmeras críticas relacionadas a um possível papel de fixador das favelas no Rio de Janeiro.

Em relação ao funcionamento dos Centros pela Fundação Leão XIII, estes procediam da seguinte maneira: inicialmente se promovia um cadastro num centro de triagem, onde se analisava o perfil individual e familiar de todos os moradores das favelas assistidas, aos quais eram posteriormente encaminhados, se necessário, para os serviços mantidos pela Fundação nos próprios Centros de Ações Sociais.

A questão da saúde, ou melhor, a falta dela no interior das favelas cariocas constituiu-se concomitante ao próprio processo histórico carioca. Questões como a falta de saneamento básico (água tratada e encanada, sistemas de esgoto, pavimentação e coleta de lixo), a dificuldade do acesso e a ausência de unidades de saúde médico-hospitalares, assim como questões da desnutrição infantil, não eram desconhecidas pelos governantes e por isso foram os pontos fundamentais das respostas e das ações da Fundação Leão XIII através dos seus Centros de Ações Sociais. Nesses Centros foram implantados inúmeros serviços na esfera da saúde, com a presença de profissionais especializados, como médicos, farmacêuticos, dentistas e dietistas⁹, que se encontravam presentes e que promoviam o atendimento das populações nos morros e favelas assistidos pela Fundação.

Nas favelas onde trabalha a Fundação Leão XIII, há no Centro Social, um serviço médico cuja extensão varia com o tamanho da favela. No Cantagalo, o Centro tem dois médicos, embora não muito assíduos, uma enfermeira, de tempo integral, e 5 visitadoras. Os médicos encaminham ao posto clínico geral e aos serviços médicos já articulados com a Fundação. O centro tem telefone e o serviço é equipado com uma padiola. Para os casos urgentes, chamam o pronto socorro do “Miguel Couto”. No São Carlos, para uma população de 28.000 favelados, só há o centro da Fundação e, em caso de urgência o pronto socorro do Hospital Souza Aguiar. Na Rocinha, o serviço médico tem lactário e farmácia; possui dois clínicos, um pediatra, dois dentistas, duas enfermeiras, uma dietista, dois auxiliares de dentista e um responsável pela farmácia. Esse serviço médico atende a mais ou menos 15.000 pessoas, correspondendo às 3.000 famílias matriculadas no Centro (Relatório SAGMACS, 1960, p.25).

⁹ O que seria denominado atualmente como o profissional do campo da nutrição.

Cada Centro de Ação Social possuía ambulatórios que promoviam consultas, exames, pequenas cirurgias e atestados médicos para os adultos que viviam nos espaços das favelas. Além dos atendimentos na escala local, os casos que estivessem para além das condições infra-estruturais dos próprios Centros, eram encaminhados para internações e cirurgias nos hospitais da rede pública de saúde e convênios previamente estabelecidos por um acordo institucional.

Por último e não menos importante, o serviço de saúde da Fundação Leão XIII disponibilizava assistência médico-dentária, o que, para o período, constituía-se como um avanço, visto que graves eram os problemas de saúde bucal, inclusive no tocante ao próprio relatório em relação a inúmeros casos de abscessos dentários. Desse modo, a Fundação promovia extrações, obturações, além de programas de higiene dentária.

Assim, as ações médicas no interior das favelas configuraram-se de maneira significativa, tanto do ponto de vista qualitativo como do ponto de vista quantitativo, visto que, segundo os dados estatísticos da Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1954, por exemplo, foram atendidos 1.486.018 pessoas nos serviços médicos e distribuídas 4.782.924 mamadeiras nos lactários. Desse modo, podemos afirmar que ações da Fundação promoveram, significativamente, uma melhoria nas condições de vida e nos aspectos de saúde das populações moradoras dos morros e favelas assistidas.

EDUCAÇÃO

Pois estamos certos de que o “problema da favela” é eminentemente o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições, etc., são males de um povo que vem vivendo, anos a fio, sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga, que só a escola, na sua mais alta concepção, pode dar (MORROS E FAVELAS – como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios de 1947 a 1954, 1955, p.31).

A questão educacional, para a Fundação Leão XIII, era compreendida como a principal forma de resolução dos problemas nas favelas cariocas. Sua concepção de educação consistia numa dimensão para além da formalidade escolar, ou seja, uma compreensão complexa e articulada, direcionada amplamente para questões de uma educação do ponto de vista da moral e dos bons costumes, física e recreativa, e também uma configuração imprescindível da educação religiosa. A grande proposta da Fundação

Leão XIII enquadrava-se principalmente na educação infantil, pois, segundo seus pressupostos, somente pelas novas gerações era possível resolver os problemas das favelas e assim todas as ações eram inicialmente projetadas para a assistência social das crianças e jovens. Os espaços educacionais da Fundação estavam localizados nos próprios *Centros de Ações Sociais* e eram basicamente divididos em Escola maternal, para crianças de 2 a 4 anos; Jardim de Infância, para crianças de 4 a 7 anos e Ensino Primário, curso diurno para menores de 7 a 14 anos.

A Fundação Leão XIII, através de unidades escolares nos Centros de Ações Sociais, buscou garantir todos os meios e condições de acesso ao direito à educação nas favelas, além de tentar estabelecer certa qualidade ou ao menos uma relação de equiparidade educacional para com as populações das favelas. Assim, o projeto educacional desenvolvido nos seus centros seguia de maneira prescritiva o modelo desenvolvido pela Prefeitura do Distrito Federal, com o qual a Fundação se orgulhava em colaborar. Outro ponto importante para o modelo desenvolvido pela Fundação estava na questão da alimentação, na figura da merenda escolar.

Além da educação básica de alfabetização, a Fundação também promovia, como complementaridade, a educação profissional, denominada de ensino artesanal. Essas aulas funcionavam dentro dos próprios Centros e ofereciam “oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar” (MORROS E FAVELAS – como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios de 1947 a 1954, 1955, p.32), sobretudo, para um encaminhamento da qualificação e o aprendizado para uma inserção estável no mercado de trabalho. Nesse sentido, o relatório SAGMACS fez uma extensa observação a respeito dessas atividades no desenvolvimento dos trabalhos da Fundação Leão XIII:

Um dos problemas mais graves da favela é o encaminhamento dos menores na vida pelo aprendizado de uma profissão. A fundação Leão XIII mantém, em algumas favelas, escolas artesanais que visam a suprir essa deficiência. Tratando-se de importante experiência pedagógica, pareceu-nos interessante conhecer, pelo menos através de uma unidade, a maneira como está sendo feita. Na Barreira do Vasco, o Centro Social da Fundação mantém uma escola artesanal deste tipo para meninos e meninas.(...) A escola atende a duas turmas: a da manhã, que funciona das oito às doze horas com um intervalo de meia hora, às dez, e a da tarde, que funciona das 13 às 17 horas, com um intervalo às 15.(...) O tempo médio de permanência na escola é de um a dois anos (...) (Relatório SAGMACS, 1960, p.30).

Outra prática recorrente da Fundação Leão XIII era a educação física e recreativa, a qual seria um canal de sociabilidade, ou seja, para a Fundação, um meio de “distrain educando”. Para isso, a Fundação organizava inúmeros eventos esportivos nos próprios centros, além das Olimpíadas da Fundação Leão XIII¹⁰. Anualmente, todas as favelas assistidas pela Fundação Leão XIII disputavam uma taça com o nome da instituição:

A Olimpíada Esportiva é uma festa eminentemente popular que congrega, numa convivência sadia, dirigentes e assistidos da Fundação Leão XIII. A esta festa, que geralmente se tem realizado em campo esportivo cedido amigavelmente (já utilizamos o campo do Fluminense, do Vasco da Gama, o do Corpo de Obuses e o da Light) têm comparecido todos os Centros Sociais e Agências, com Flâmulas, estandartes, bandeiras, numa demonstração pública do alto nível cívico e educacional já atingido pelos moradores de favelas assistidas pela Fundação Leão XIII. Todo o conjunto desfila, garbosamente, ao som de uma marcha, sob os aplausos calorosos dos que assistem, inclusive o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (MORROS E FAVELAS – como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios de 1947 a 1954, 1955, p.49).

URBANIDADES

Outra preocupação da Fundação Leão XIII em relação às questões sociais balizava-se nos serviços de melhoria urbana. O processo de urbanização se constituía como um elemento fundamental em direção ao interior das favelas, visto que essa orientação era parte integrante da política de inserção nos acessos e na transformação das favelas em espaços mais humanos. Para isso, fazia-se necessário promover condições mínimas de sobrevivência para as populações, colocando-as em condições infra-estruturais como as existentes em outras áreas da cidade.

O desdobramento político no plano urbanístico da Fundação Leão XIII balizou-se através de duas propostas para a resolução dos processos de favelização. A primeira delas e que, conseqüentemente, tornou-se hegemônica, consistia em um plano de desenvolvimento urbano local (infra-estrutural), promovendo melhorias nas favelas de maneira gradual. Havia a consciência da necessidade de um longo período de trabalho. A segunda vertente desdobrava-se na possibilidade da promoção de projetos para além dos espaços das favelas, como a construção de conjuntos residenciais, articulados com órgãos

¹⁰ Entre as atividades de competição destacavam-se: o futebol, o voleibol, boliche, pingue-pongue, malha, cabo de guerra, damas e futebol de salão.

governamentais, como foi o caso da Fundação Casa Popular e até mesmo por iniciativa de classes, como os Institutos de Assistências e Pensões.

Dessa forma, por meio, principalmente, das ações, buscava-se resolver o problema da favelização através das melhorias que acabavam conflitando com o próprio Estado e grupos hegemônicos, tendo em vista que a Fundação Leão XIII tinha seus pressupostos ideológicos marcados pelo anti-remocionismo. Assim, essas condições de defesa aos espaços das favelas eram somente contrariadas quando existia em andamento um processo de complementação da política da ação social católica¹¹ ou quando o peso das pressões dos capitais imobiliários, especulativos e da intervenção do Estado e/ou dos grupos hegemônicos se fazia presente e irreversível:

Não adiantam certas soluções simplistas, daqueles que julgam que só se podem acabar com as favelas do Rio de Janeiro, enviando-se todos os favelados para o campo, nem muito menos podem ser levadas em consideração as opiniões dos que se referem às famílias que a desgraça levou para a vida miserável dos barracos dos nossos morros, subestimando o seu valor humano e sua condição cristã de irmãos nossos que devemos amar, de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro dos filhos, casamento, etc.) (MORROS E FAVELAS – como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios de 1947 a 1954, 1955, p.7).

Inúmeras melhorias nos planos urbanísticos foram desenvolvidas, sobretudo, na esfera do saneamento básico. Essa questão, presente na história da cidade do Rio de Janeiro, foi bastante problematizada pela própria Fundação, pois, para ela, as precariedades se caracterizavam como um verdadeiro entrave para o desenvolvimento das favelas, além do fato de que articulavam dimensões estéticas, funcionais e, principalmente, questões de saúde. Segundo a própria Fundação Leão XIII:

A falta permanente de água, e a falta de escoamento apropriado para as águas pluviais, e os despejos domésticos de toda espécie, criam em torno das casas uma situação verdadeiramente insuportável e, na favela, um ambiente pestilencial difícil de ser descrito (MORROS E FAVELAS –

¹¹ A cruzada São Sebastião foi criada em 1955. Sua proposta foi a de promover o processo de remoção de 900 famílias da favela da Praia do Pinto localizada entre a Lagoa Rodrigo de Freitas, o bairro de Ipanema, do Leblon e da Gávea, todos na zona sul do Rio de Janeiro, área de maior valorização espaço-imobiliário da cidade. A proposta constituiu na construção de conjunto de apartamentos na própria área, ou seja, uma visão anti-remocionista de grandes distancias geográficas e suas relações com a dimensão do trabalho, transportes e afetividades com o lugar, garantindo, assim, uma vida digna para as populações marginalizadas das favelas cariocas. A Fundação Leão XIII inseriu-se neste processo para fazer a catalogação e fichamento das famílias envolvidas e, posteriormente, para intervir em algumas questões de assistência social, como educação e saúde.

como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios de 1947 a 1954, 1955, p.25).

Contudo, a Fundação Leão XIII além de promover a melhoria nas condições sociais e de intervir nas ações comunistas no interior das favelas, exercia o papel de impedir o crescimento desordenado, ou seja, a expansão física dos morros e favelas. Para isso, houve uma determinação imposta aos moradores das favelas, que deveriam comunicar toda e qualquer modificação ou reparos nas habitações previamente à Fundação Leão XIII, que daria a “permissão de consertos e pinturas nos barracos existentes” e, caso houvesse uma desobediência por parte do morador infrator, ocorreriam inclusive punições que recairiam sobre a obra e sobre o próprio morador.

Essas ações foram alvos da análise no relatório SAGMACS, que, diretamente em contato com as populações dos morros e favelas, identificou essa postura autoritária e retrógrada, visto que toda e qualquer melhoria estaria unidirecionalmente centralizada nas mãos da Fundação Leão XIII. Conforme se depreende do relatório, essa postura desestimulava as ações individuais dos próprios moradores em relação às melhorias infra-estruturais de suas habitações e, conseqüentemente, promovia a insatisfação dos moradores locais:

As autoridades desejam que as favelas melhorem, se urbanizem; ao mesmo tempo proíbem que os favelados melhorem seus barracos; e como a administração não possui recursos suficientes para a obra de tamanha envergadura, tudo fica na mesma (Relatório SAGMACS, 1960, p.23).

Desse modo, o conjunto de medidas da Fundação Leão XIII desdobrava-se de maneira extremamente complexa e, muitas vezes, contraditória. Suas práticas, ao mesmo tempo em que se constituíram como um verdadeiro instrumento de controle e de coerção nos espaços das favelas, ou seja, como mais um aparelho repressor do Estado, também proporcionavam e garantiam efetivamente melhorias nas condições sociais junto às favelas assistidas e ocupadas pela Fundação Leão XIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CONSEQUÊNCIAS DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar e compreender a complexidade processual dos motivos que desencadearam a criação da Fundação Leão XIII, bem como as ações que tal instituição promoveu no interior das favelas — na perspectiva de um ordenamento sócio-territorial e de suas consequências do ponto de vista político-espacial e das mobilizações e organizações sociais. Destaquemos sinteticamente alguns aspectos da reflexão empreendida e suas conclusões.

Como dito anteriormente, a Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1962, sob a orientação e gestão da Igreja Católica — sobretudo nas figuras de Dom Jaime Barros de Câmara e Dom José Távora — prestou assistência a 33 favelas¹² no Rio de Janeiro, através dos Centros de Ação Social, onde serviços de saúde, educação, alimentação, apoio jurídico e processos de urbanização e urbanidades se fizeram presentes.

Esses serviços, de fato, promoveram melhorias e avanços significativos nas condições de vida das populações dos morros e favelas, antes abandonadas sócio-historicamente. No entanto, a presente pesquisa indica que, concomitantemente às melhorias proporcionadas pelas ações da Fundação Leão XIII, funcionaram estrategicamente, sob os auspícios da Fundação, diversos dispositivos de anulação dos ativismos políticos e sociais libertários — como foi o caso dos Comitês Democráticos Populares e de outras formas de organização que floresciam no interior das favelas. Tais movimentos inseridos em uma política de ruptura política — por força de uma lógica proposta ou imposta pelo Partido Comunista do Brasil, dentre outros agentes — foram combatidos permanentemente no campo político.

De fato, a Fundação Leão XIII destacou-se no processo sócio-histórico-espacial carioca no período específico da análise, quando, diante de suas ações, orientadas pelas forças hegemônicas, modificou o espaço das favelas e a realidade de milhares de pessoas na cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, em meio a todo um conjunto de transformações nos espaços das favelas e diante das condições adversas, sendo elas materiais ou políticas, seus moradores jamais se calaram ou imobilizaram, exercendo sempre um forte papel no processo da produção do espaço.

¹²Segundo a Fundação Leão XIII em seu relatório, a sua assistência estava dirigida a 41 favelas, mas se contabilizarmos, segundo suas próprias informações, conseguimos detectar somente 33. Alguns estudos, descuidados na contagem das favelas, esquecem-se de observar que na página 38 do relatório, o Morro da Matriz, localizado no bairro do Engenho Novo, está repetido e, por este motivo, acabam afirmando que a Fundação Leão XIII promoveu assistência em 34 favelas. No entanto, cabe ressaltar que a escolha das 33 favelas assistidas pela Fundação Leão XIII levou em consideração aspectos estratégicos e políticos, como, por exemplo, grandes áreas físicas e demográficas e principalmente as favelas que apresentavam efervescência política e social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua Evolução. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-agosto 2003.

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de Favelas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAMPOS, Andreino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

CHILCOTE, R, H. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORROS E FAVELAS: como trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatórios de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução – Sentido*. Caderno do CENPHA n.5. Rio de Janeiro: Margio gráfica, 1969.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora paz e terra, 2002.

PINHEIRO, M, C, O. *O PCB e os comitês populares democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2007.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento, 1926-1930*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

PRESTES, Luis Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro-vitória, s/d. (Organizar o Povo Para a Democracia- Discurso proferido no dia 15 de julho de 1945).

PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro – Belo Horizonte: Livraria Agir editora, 1948.

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca: Estudo sócio-econômico*. São Paulo: O estado de São Paulo, 1960.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas Cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLA, Vicente Victor (org.) *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais*. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102-69092000000300001>. Acesso em: 04 ago. 2008.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1975*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

FONTES

A Tribuna Popular, 1945-1946.

O globo, 1947.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Victor Valla pela possibilidade de diálogo, que me ajudou a compreender melhor o fenômeno em questão. Suas palavras tão preciosas e sua vida dedicada em grande parte a analisar e transformar as favelas em lugares melhores e as cidades em um espaço mais justo são, para nós, um exemplo. Por esses motivos, merece sem dúvida, a nossa gratidão.